

A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA, A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DE SABERES E DISCUSSÕES DE RELAÇÕES DE GÊNERO NO MEIO RURAL.

Carolina Simões dos SANTOS⁽¹⁾;
Aparecida Hurtado SOARES⁽²⁾;
Raimundo Marly Carvalho de Farias NETO⁽¹⁾;
Luana Lucas FURTADO⁽¹⁾;
Henderson Gonçalves NOBRE⁽³⁾.

RESUMO

A constituição de uma Agroecologia de caráter transformador se sustenta em um enfoque sistêmico e complexo de construção do conhecimento. O Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Agricultura Familiar e Agroecologia- NEA, da Universidade Federal Rural da Amazônia- Campus de Capitão Poço, através do Grupo de Trabalho em Relações de Gênero, vem desenvolvendo junto às famílias assentadas no P.A. Carlos Lamarca, localizado no município em questão, trabalhos que incentivam a autonomia e a organização desses agricultores e agricultoras familiares em coletivos, enfocando a importância de se discutir e trabalhar as relações de gênero na comunidade. Através da pesquisa-ação são usadas metodologias participativas como entrevistas semi-estruturadas, intercâmbios de experiências, oficinas de capacitação, reuniões, entre outras, que visam fortalecer a agricultura familiar local, através da construção de saberes. O reflexo dessas atividades tem obtido resultados positivos, no que diz respeito ao avanço da transição agroecológica no assentamento, pois as famílias estão se apropriando das tecnologias construídas no coletivo e utilizando em seus próprios lotes, produzindo hortaliças de forma sustentável e diversificando a alimentação, garantindo a soberania e segurança alimentar das mesmas. Tais avanços ainda contribuem no empoderamento das agricultoras, que passam a decidir o que plantar, como plantar e para quem vender, gerando renda para família a partir do excedente da produção, que é comercializada na comunidade, em feiras ou em cestas vendidas por encomenda.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura Familiar, Autonomia, Emponderamento.

ABSTRACT

The creation of a transforming nature of agroecology is based on a systemic approach and knowledge building complex. The Study Group, Research and Extension Family Agriculture and Agroecologia- NEA, Universidade Federal Rural da Amazônia-Campus Capitão Poço, through the Working Group on Gender Relations, has been developing with the families settled in PA Carlos Lamarca located the municipality in question, jobs that encourage autonomy and organization of these family farmers in collective, in addition to working on issues of gender relations. Through action research participatory methodologies are used as semi-structured interviews, exchange of experiences, training workshops, meetings, among others, aimed at strengthening local family farming through the construction of knowledge. The result of these activities has obtained positive results with regard to the advancement of agro-ecological transition of the settlement, as families are appropriating the techniques learned in the collective and used in their own plots, producing vegetables in a sustainable and diversified food, ensuring sovereignty and food security of the same, and still empowerment the farmers who spend deciding what to plant, how to plant and to whom to sell, generating income for over family production that is sold.

KEYWORDS: Family Agriculture , autonomy , empowerment .

¹Estudante de Agronomia.

²Engenheira Agrônoma.

³Docente. Núcleo de Agricultura Familiar e Agroecologia da Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus de Capitão Poço/PA. Endereço: Rod. PA 124, KM 0 - Bairro: Vila Nova - Cep: 68650-000; E-mail: neaufrapec@gmail.com

1- INTRODUÇÃO_- O CONTEXTO LOCAL

Na mesorregião do nordeste paraense houve dois ciclos de ocupação territorial, a primeira foi na época da colonização portuguesa quando surgiram os primeiros municípios a beira dos rios Guamá e Capim, situado nas regiões de integração do Estado, Rio Caeté e Guamá, e na integração do Rio Capim com expedições ao Acará (Relatório Analítico, 2011). Este modo de formação territorial foi baseado na ideologia de expansão territorial europeia, denominado “Constituição de um Novo Mundo”.

O segundo ciclo da ocupação ocorreu durante a construção de grandes rodovias que cortam a região, nas décadas de 1960 e 1970, sendo estas as BR-010 (Belém - Brasília), BR- 316 (Pará - Maranhão) e BR-222 (que vincula a BR-010 a Marabá), onde houve uma corrente de imigrantes oriundos de outros estados ao longo das rodovias, em que surgiram pequenas vilas que deram origem aos atuais municípios. Esta segunda ocupação se baseou sob a matriz da ideologia da integração nacional.

Deste modo, esta região é uma das mais antigas da colonização na Amazônia. Em relação à formação étnica na região predomina a caracterização indígena e portuguesa, e com forte influencia da cultura nordestina e ainda de alguns remanescentes de quilombos.

A região nordeste paraense (Figura1) é composta por 49 municípios. A mesma é dividida em 6 microrregiões, sendo elas: Bragantina, Cametá, Guamá, Salgado e Tomé-Açu. Onde os municípios mais antigos e de grande destaque são Ourém fundada em 1727 e São Domingos do Capim criado em 1755, foi a partir do desmembramento destes que surgiram os demais.

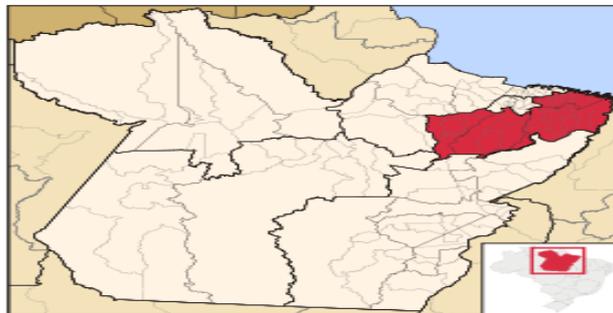


Figura 1- Mapa de localização do nordeste paraense.
Fonte: www.wikipedia.org, 2016.

Localizada em áreas de zona tropical, essa mesorregião possui temperatura média anual de 20° C a 25°C, com precipitação pluviométrica variando entre 2.250 a 2.500 mm a.a, por mais que as chuvas sejam normais não são distribuídas igualmente em todo o ano, de janeiro a junho sua concentração é maior (80%). A umidade relativa gira em torno de 80% a 90% (FANEP, 2006).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (Censo, 2014), a população da mesorregião do nordeste paraense é de 1.903.264 habitantes, distribuída em uma extensão geográfica de 83.074.047 km². O município de Capitão Poço encontra-se inserido na microrregião do Guamá. Esta região é habitada principalmente por agricultores sejam eles descapitalizados, em transição ou consolidados.

São eles: “*Agricultores (as) familiares, agroextrativistas, pescadores artesões, artesãos, assalariados rurais, quilombolas,*

grupos indígenas; localizados a maioria em lotes individuais, em lotes familiares ou arrendados, em projetos de assentamento; estabelecimentos de pequenos e médios tamanhos (agricultura familiar), com uma produção destinada, principalmente, aos mercados locais, regionais e nacionais” (CODETER, 2006).

A história de Capitão Poço esta diretamente relacionada com esse processo de avanço das frentes pioneiras, que traduziu na instalação de imigrantes de outras partes do país, no território do estado do Pará, sob a influência da Belém-Brasília (BR 010). O mesmo recebeu o status de município pela Lei Municipal Nº 2460 de 29 de Dezembro de 1961, sendo desmembrado de Ourém.

De acordo com o IBGE (2014), possui população estimada de 52.616 habitantes, tendo uma área de 2.899.553 km². Segundo PNUD (2010), tem um IDH de 0,548, considerado baixo. A economia baseia-se fortemente na agricultura, predominando a agricultura familiar, sendo esta bem diversificada em atores sociais e em sua produção. Destacando - se na produção das culturas da pimenta-do-reino (*Piper nigrum* L.), do feijão (*Phaseolus vulgaris* L.), da mandioca (*Manihot Eculenta* Crantz), da laranja (*Citrus sinensis* L.), dentre outras frutas e legumes. A produção de citrus, neste caso a laranja é destinada ao Centro Estadual de Abastecimento- CEASA de Belém e do Nordeste do Brasil.

O município apresenta o maior número de assentamentos da reforma agrária, sendo (12) doze assentamentos no total, abrangendo aproximadamente 3 mil famílias assentadas (CODETER,2006).

Nesse contexto, segundo Soares (2013) encontra-se o Projeto de Assentamento Carlos Lamarca, que antes era uma área de produção de soja da Fazenda Agropel, hoje vivem e produzem nesta área camponeses do município de Capitão Poço de outros municípios do estado do Pará. A maioria dos agricultores possui origem nordestina, dos estados do Ceará, Maranhão e Piauí, mas que vivem há muitos anos no Pará, trabalhando para fazendeiros como diaristas e meeiros.

O acampamento começou em 2007, mas foi apenas em dezembro de 2010 que houve a homologação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) do Projeto de Assentamento Carlos Lamarca através do Decreto Nº 98/2010. A área total do assentamento é de 927,385 ha, o mesmo é constituído por 39 famílias, distribuídas em lotes que possuem área que variam de 9 a 17 ha (DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO, 2013).

Segundo o Diagnóstico Participativo (2013), os maiores problemas são em relação ao acesso de políticas públicas que viabilizem o acesso à infraestrutura como: água, energia, moradia, estrada e escola, pois ainda não foi liberada a política pública de habitação. Embora haja linhas de crédito destinadas à agricultura familiar, até o momento as famílias não acessaram nenhum tipo, pois não possuem DAP e nem assistência técnica para orientá-los.

Mesmo com todas as dificuldades e sem acesso a linhas de crédito, os lotes dos assentados são produtivos (Figura2). Suas produções são destinadas para a alimentação da família e o excedente para comercialização.

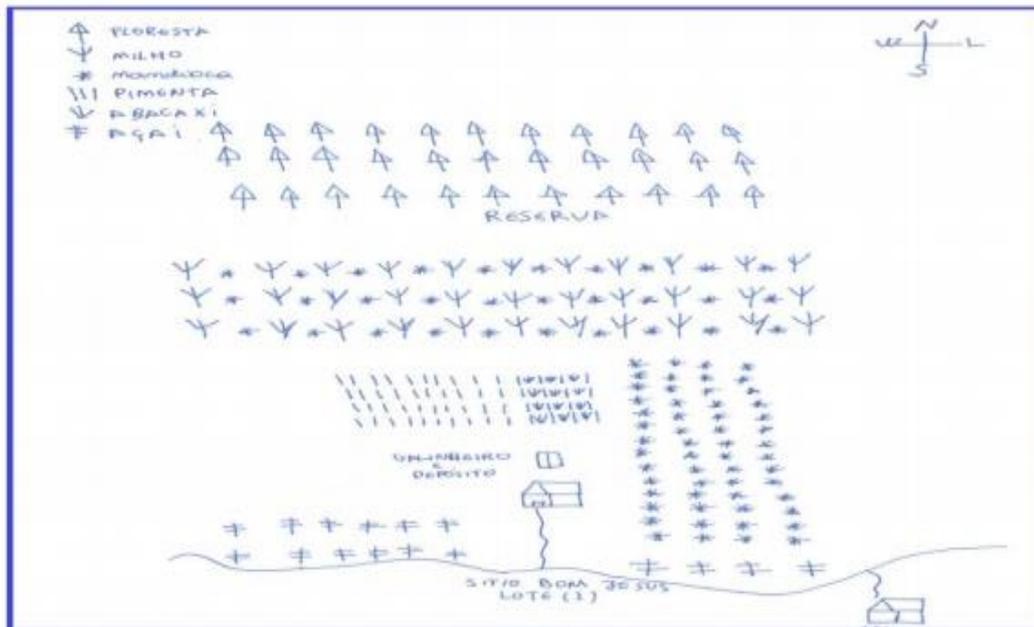


Figura 2: Croqui do lote do Senhor Raimundo e Dona Regina.
Fonte: Diagnostico Participativo (2013)

Concordando com Wanderley (2009) o sustento dessas famílias é proveniente de atividades distintas, autônomas ou combinadas entre si, que os definem como pequenos agricultores, proprietários das terras que trabalham ou trabalhadores assalariados que permanecem residindo no campo; povos da floresta ou os assentados dos projetos de reforma agrária.

2- USO DE METODOLOGIA PARTICIPATIVA

Neste contexto, o Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agricultura Familiar e Agroecologia- NEA, da Universidade Federal Rural da Amazônia/Campus de Capitão Poço - PA, através do Grupo de Trabalho Relações de Gênero, vem desenvolvendo ao longo de quase quatro anos, pesquisa e extensão universitária, junto aos agricultores e agricultoras familiares do Projeto de Assentamento Carlos Lamarca, no município de Capitão Poço – PA.

Essas atividades realizadas pelos professores, técnicos e estudantes do NEA são teórico/práticas e se fundamentam na pesquisa-ação, utilizando metodologias participativas. Segundo Engel (2000) é um tipo de pesquisa participante que se engaja na oposição à pesquisa tradicional, que é considerada como “independente”, “não-reativa” e “objetiva”.

As ferramentas metodológicas utilizadas são entrevistas semiestruturadas, observação participante, travessia, intercâmbios de experiências, oficinas de capacitações e reuniões (VERDEJO, 2006). Com uma abordagem pautada na transição agroecológica na comunidade, e possibilitando a construção de novas relações de gênero no meio rural. Sendo assim, com intuito de obter dados para esse trabalho foram entrevistadas 53% das pessoas que já participaram ou ainda participam do coletivo da horta.

3- A EXPERIENCIA DO NEA DA UFRA CAPITÃO POÇO

A partir do Diagnóstico Participativo Socioeconômico e Ambiental do Assentamento Carlos Lamarca (2013), verificou-se que as agricultoras anteriormente participavam de um grupo de mulheres, onde trabalhavam com produção de mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) para a fabricação de farinha, entretanto, por questões organizacionais o grupo parou suas atividades.

Diante dessa necessidade averiguada, o GT de Relações de Gênero trabalhou com o intuito de incentivar essas agricultoras a se reorganizarem, através de oficinas e rodas de conversa, para que as mesmas pudessem voltar a trabalhar coletivamente, de acordo com seus interesses, estimulando assim sua autonomia social e financeira dentro do núcleo familiar, dando a elas maior visibilidade.

Os intercâmbios de experiências foram fundamentais para o processo de visualização e conhecimento sobre agroecossistemas sustentáveis, nesse caso os sistemas agrofloretais (Saf's), este realizado entre os agricultores assentados e os agricultores organizados em cooperativas e associações que produzem através dos Saf's, já em vários estágios, desde Saf's novos aos mais antigos, e experiências exitosas que vem sendo realizada pelos agricultores familiares da região, nos municípios de Capitão Poço, Irituia e Tomé-Açu (BRITO et al., 2014).

Segundo Santos et al. (2015), o intercâmbio de experiência cumpre um papel importante, no que diz respeito ao conhecimento prático e credibilidade desses agricultores e agricultoras nas práticas agroecológicas, além disso, há similaridades entre os tamanhos dos lotes e insumos locais, que viabilizam certa independência de insumos externos e ainda recebem uma função diferenciada ao invés de serem descartados, pois mesmo com as dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar, há agricultores que se sobressaem a essas dificuldades, sejam elas econômicas e/ou produtivas. Essa prática mostra ao agricultor maneiras simples e possíveis de técnicas eficazes para o manejo de seus lotes, que muitas vezes eles não conseguiriam compreender em uma palestra em sala.

Diante da dificuldade de aquisição de mudas e sementes para plantar, enriquecer e diversificar seus lotes, os agricultores e as agricultoras se motivaram para organizar-se em coletivo, na –construção de um viveiro de mudas. No mesmo produzem espécies nativas, sendo elas frutíferas, como exemplo: Açaí (*Euterpe oleraceae*); Cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*) e Murici (*Byrsonima crassifolia* (L.) Rich).

Para validar os conhecimentos e demonstrar novas técnicas de produção/manejo do solo, foi implantada uma área demonstrativa de adubação verde, posteriormente foram ministradas oficinas de como fazer composto orgânico, biofertilizante e criação de minhoca para produção de húmus, que subsidiaram tanto a produção de mudas do viveiro, bem como foi realizado uma oficina de horticultura de base agroecológica.

A oficina de horticultura de base agroecológica, resultou em um coletivo de produção de hortaliças, que inicialmente foi composto por 19 mulheres, que resolveram colocar em prática o aprendizado. Atualmente, o coletivo da horta possui uma composição mista agregando as agricultoras, agricultores e os jovens do assentamento, e as relações de gênero continuam sendo trabalhadas entre os mesmos, onde cada um consegue enxergar o seu papel e respeitar a importância que cada um tem para o avanço do coletivo.

Na horta agroecológica (Figura 3), são produzidos alface (*Lactuca sativa*), coentro (*Coriandrum sativum*), cebolinha (*Allium fistulosum*), rabanete (*Raphanus sativus*), pimentão (*Capsicum annuum*), pimentinha (*Capsicum* spp.), abobrinha (*Curcubita* spp.), quiabo (*Abelmoschus esculentus* L. Moench.), pepino (*Cucumis*

sativus L.), tomate (*Solanum lycopersicum*), cenoura (*Daucus carota sativus*) e couve (*Brassica oleracea* L.), entre outras (SANTOS et al., 2015).



Figura 3: Horta Agroecológica Coletiva Do P.A. Assentamento Carlos Lamarca, em Capitão Poço/PA.

Fonte: NEA.

Essas hortaliças, eram comercializadas em cestas diversificadas, por encomendas direta, atualmente é vendida na feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Capitão Poço, estreitando os laços de confiança entre as agricultoras (es) e consumidor.

Partindo desse embasamento, a construção do conhecimento agroecológico é feita através da articulação sinérgica entre saberes diversos e recoloca a inovação local como dispositivo metodológico necessário para a criação de ambientes de interação entre acadêmicos(as) e agricultores(as) (PETERSEN et al., 2009).

Segundo o mesmo autor, nessa ordem de ideias, o avanço da Agroecologia como paradigma científico exige a substituição do modelo diretivo e vertical adotado pelo difusionismo tecnológico por um modelo construtivista, baseado no diálogo de saberes. Mais do que mudanças nas atitudes individuais dos atores envolvidos, o exercício e o desenvolvimento dessa abordagem interpela diretamente as instituições científico-acadêmicas, suas formas de organização e suas concepções para a ação.

4- A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NO ASSENTAMENTO E A EXPANSÃO DAS HORTAS PARA OS LOTES

A constituição de uma agroecologia de caráter transformador exige o desenvolvimento de práticas agrícolas ambientalmente sustentáveis, porém com a perspectiva de constituir novas relações sócio-econômicas, bem como sustentar-se em um enfoque sistêmico e complexo de construção do conhecimento (CASSARINO, 2013).0

Desse modo, os trabalhos vivenciados nesses últimos anos pelas assentadas e assentados tem fortalecido a agricultura familiar local, seja através do trabalho coletivo ou pela expansão dos conhecimentos construído em conjunto com o NEA, para os seus próprios lotes, em que os mesmos passam a experimentar técnicas agroecológicas em suas produções.

Atualmente, os coletivos formados pelas famílias do P.A. Carlos Lamarca são: o coletivo do viveiro de mudas, o coletivo da horta e o coletivo do aviário caipira. Os mesmos foram fundamentais para a construção do saber de forma participativa e para estreitar os laços de confiança entre os participantes, como diz uma agricultora:

“É melhor em grupo. A gente se ajuda, conversa. Só é ruim as pessoas que colocam para trás.” (ENTREVISTA Nº 01)

Como pode ser observado no Gráfico 1, a maioria das pessoas estão trabalhando em mais de um coletivo, e isso se dá pelo interesse do que cada um tem em produzir. Neste sentido, 30% dos entrevistados participam somente do viveiro de mudas, 30% trabalham no viveiro de mudas e aviário, 20% com hortaliças e mudas e 20% com hortaliças e aviário.

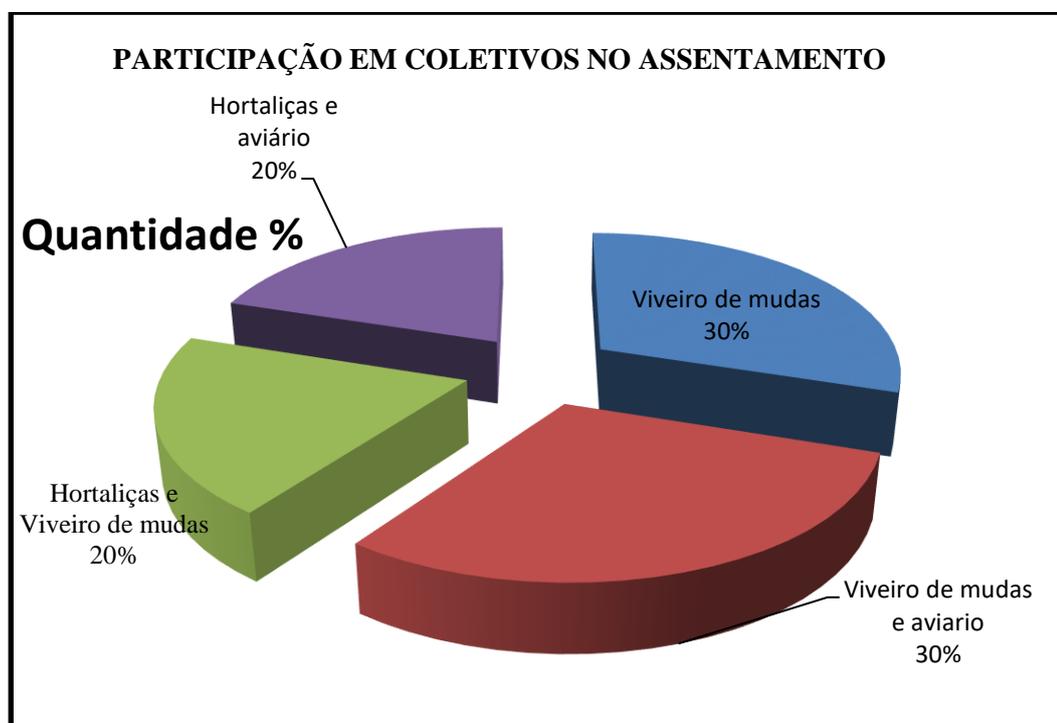


Gráfico 1- Participação das famílias assentadas em coletivos, no Assentamento Carlos Lamarca, em Capitão Poço/PA

Fonte: NEA, 2016.

Observa-se que a participação no coletivo de hortas é menor em relação à participação no viveiro de mudas, isso se dá pelo fato das famílias terem expandido as

hortas para os seus lotes, ou seja, embora não participem mais do coletivo, continuam produzindo de forma individual, onde elas produzem de forma diversificada e sem veneno, utilizando técnicas sustentáveis, como consórcios de hortaliças, produção e utilização de compostos orgânicos, fabricação e utilização de biofertilizantes, além de produzirem em canteiros e pequenos espaços.

Essas famílias não possuíam o costume de se alimentar com hortaliças e após a participação no coletivo da horta, as agricultoras passaram a inserir olerícolas na alimentação de suas famílias, inclusive as que passaram a conhecer e consumir através da produção no coletivo, como a rúcula (*Eruca sativa*), a mostarda (*Brassica alba*), a berinjela (*Solanum melongena*), o rabanete (*Raphanus sativus*) e o jiló (*Solanum gilo*), que produziam por saber que tem consumidores e é venda certa, assim garantindo a soberania e segurança alimentar das mesmas, que é o direito de se alimentar de forma diversificada, bem como consumir alimentos sem agrotóxicos.

Para Cuellar Padilla e Sevilla Guzmán (2012), a Agroecologia apresenta-se como pilar fundamental na construção da soberania alimentar, pois produz alimentos sãos, são baseados na diversificação de cultivos, em novas relações de homens, mulheres e a natureza, na eliminação do uso de agrotóxicos, transgênicos e da dependência de capital.

Averiguamos que as hortaliças mais plantadas nos lotes são o coentro (*Coriandrum sativum*), a cebolinha (*Allium fistulosum*), a couve (*Brassica oleracea*), o (*Ocimum basilicum*), a alface (*Lactuca sativa*), a chicória (*Cichorium endívia*), pimentinha de cheiro (*Capsicum odoriferum*) e a abóbora (*Cucurbita pepo*), sendo os canteiros de cheiros verdes em maior quantidade, pois são indispensáveis no tempero paraense. Cultivam essas hortaliças em canteiros suspensos (10%), em canteiros no solo (30%) e outros possuem dificuldade em produzir no próprio lote (60%). Entre as dificuldades estão diversos fatores, como é o caso de 20% das agricultoras que apresentam dificuldades em relação à falta de fonte de água no lote e falta de condições para compra de materiais, como o sombrite para cobertura dos canteiros, utilizados para proteger do excesso do sol e da chuva; 30% das agricultoras não cultivam hortaliças no lote, citando o principal motivo a participação no coletivo da horta, e somente 10% das agricultoras não responderam onde cultivam, ou porque não cultivam hortaliças em seus lotes.



Figura 4: Horta Em Canteiro no Solo, no Lote do Sr João e da Sra Luciana, no P.A. Carlos Lamarca, em Capitão Poço/PA.

Fonte: NEA

Há experiências em que a produção agroecológica e a participação crescente na esfera política têm contribuído para o emponderamento das mulheres que começaram a

transpor o espaço doméstico, conquistando maior autonomia e autoestima, coadunando com outros estudos realizados por Cardoso & Rodrigues (2009).

Elas ressaltam como se sentem cultivando hortaliças sem agrotóxicos e/ou fertilizantes externos:

“É bom, a gente não se envenena e não envenena as plantas”
(ENTREVISTA Nº 1).

“A nossa saúde em primeiro lugar, veneno não é legal”
(ENTREVISTA Nº 5).

“Sem veneno é melhor, e o adubo orgânico ajuda mais, até meche no bolso, pode comer sem sisma e complicação”
(ENTREVISTA Nº 4).

“Sinto tranquila, quando produzo, tenho garantia do que tô fazendo e comendo”(ENTREVISTA Nº 10).

Segundo Santos (2015), a autonomia conquistada através das atividades desenvolvidas por coletivos de mulheres e a renda gerada pela produção de hortaliças, têm contribuído na melhoria da autoestima das mesmas, têm auxiliado na conquista de seus espaços, garantido a segurança alimentar de suas famílias, através da tomada de decisões do que plantar e como plantar em suas propriedades.

O trabalho coletivo exige planejamento e organização do grupo, fortalece as relações de confiança entre os envolvidos, além de estimulá-los a trabalhar coletivamente. No assentamento Carlos Lamarca, as atividades coletivas, apesar de terem seus altos e baixos, fica perceptível que as pessoas que não se adaptam a esses trabalhos vão saindo dos grupos e as que permanecem participam também de outros coletivos. Os motivos pelos quais isso acontece, estão relacionados à afinidade e empatia entre os envolvidos, além disso, essas pessoas apresentam perfil de pro atividade, buscam novos aprendizados e participam das oficinas de capacitação promovidas tanto pelo NEA, como de outras instituições e/ou organizações.

“O individual se torna com mais vantagens, devido à dificuldade com pessoas que não sabem se organizar e se relacionar”(ENTREVISTA Nº 05).

“No coletivo se torna mais rápido e todos se ajudam”
(ENTREVISTA Nº 09).

De acordo com Cassarino (2013) a *práxis* agroecológica pressupõe que articulado a inovação tecnológica esteja à construção de mercados alternativos, os processos de organização e a mobilização social, a reconstrução de valores éticos em relação à natureza e aos demais seres humanos, enfim, uma série de aspectos que complementam e fortalecem a construção de uma estratégia agroecológica.

Dessa forma, a produção de hortaliças no assentamento, seja de forma coletiva ou individual, tem contribuído para o avanço da transição agroecológica na comunidade, através da garantia da soberania e segurança alimentar, apropriação e utilização das técnicas sustentáveis nos lotes, bem como avanços nas relações de gênero entre homens, mulheres e inserindo os jovens do assentamento, esse avanço tem sido

possível através da construção do conhecimento entre os integrantes do NEA, desde estudantes, técnicos, professores-pesquisadores e os assentados (as) do P.A. Carlos Lamarca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho desenvolvido apresenta respostas significativas no processo de transição agroecológica no P.A. Carlos Lamarca, pois possibilita a construção do conhecimento com as agricultoras e agricultores, através do resgate de saberes e o trabalho coletivo, o que reflete na apropriação dessas técnicas pelas pessoas que passam a utilizá-las em seus lotes.

Através das oficinas de capacitação os agricultores familiares aprendem a produzir de forma diversificada e sem agrotóxicos, utilizando técnicas alternativas de produção, como consórcios de hortaliças, fabricação e utilização de compostos orgânicos e biofertilizantes, além de produzirem em canteiros e pequenos espaços. Isso garante a soberania e segurança alimentar das famílias, fortalecendo a agricultura familiar local.

O emponderamento das agricultoras que participaram ou participam do coletivo da horta se dá pela autonomia que elas passaram a ter nas tomadas de decisões em seus lotes e na comercialização das hortaliças para a comunidade, feiras, atravessadores e/ou supermercado. Sendo a venda de hortaliças uma das fontes de geração de renda no assentamento.

Diante disso, podemos notar que mesmo com as dificuldades encontradas no trabalho coletivo, as agricultoras e agricultores que participam/participaram desses espaços mudaram suas percepções com relação aos meios de produção anteriormente usados por eles e que não os impulsionava a autonomia, passando a utilizar técnicas agroecológicas.

Nota-se ainda, que para que o avanço desse processo seja contínuo é necessário que as atividades dos coletivos sejam fortalecidas, para que os mesmos sintam-se incentivados a participar e continuar construindo esses espaços de comercialização direta dos seus produtos, que possuem um caráter diferenciado e transformador na valorização do trabalho camponês, emponderando os atores envolvidos nesse processo, bem como criando laços de confiança entre agricultor e consumidor.

AGRADECIMENTOS:

Agradecemos ao CNPq/MDA e MEC/PROEXT pelo apoio financeiro, e a todos os agricultores familiares e organizações sociais da região por participarem deste processo de construção do conhecimento agroecológico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRITO, A. C. P. COSTA, C. S. S. B. SOARES, A. H. SANTOS, C. S. SILVA, J. N. NOBRE, H. G. **Novas relações de gênero através da construção do conhecimento agroecológico junto a agricultores familiares oriundos da reforma agrária.** Anais da I Jornada de Extensão da UFRA. 2014.

CASSARINO, J. P. FERREIRA, A. D. D. MAYER, P. H. **Agricultura, campesinato e sistemas agroalimentares: uma proposta de abordagem para a transição**

agroecológica. Cronos: R. Pós-Grad. Ci. Soc. UFRN, Natal, v. 14, n.2, p.129 - 152 jul./dez. 2013, ISSN 1518-0689

CUELLAR PADILLA, M.; SEVILLA GUZMÁN, E. **La Soberanía Alimentaria: la dimensión política de Agroecología**, IN: Procesos hacia la Soberanía Alimentaria: perspectivas y prácticas desde la Agroecología política. (Org.) Mamem Cuellar, Ángel Calle y David Galar. Ed. Icaria, Barcelona – España, noviembre, 2012.

ENGEL, G. I. Pesquisa-ação. Editora da UFPR. Educar, Curitiba, n. 16, p.181-191. 2000.

FANEP. Diagnóstico e planejamento de desenvolvimento do território rural do nordeste paraense. Capanema/ Pa, 2006.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Estimativas de população.** 01 de julho de 2014. Consultado em 20 de abril de 2015.

PETERSEN, P., DAL SOGLIO, F. K. CAPORAL, F. R. A construção de uma ciência a serviço do campesinato. Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. 85 a 104 p. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

RELATÓRIO ANALÍTICO – Território Nordeste Paraense: Desenvolvimento Sustentável e Gestão Estratégica dos Territórios Rurais no Estado do Pará. Universidade Federal do Pará, Belém –PA, 2011.

SANTOS, C. S. SOARES, A. H. BRITO, A. C. P. COSTA, C. S. S. B. NOBRE, H. G. **Mulheres Assentadas: Construindo a Agroecologia e a Segurança Alimentar no P. A. Carlos Lamarca, em Capitão Poço, Pará.** Cadernos de Agroecologia - ISSN 22367934 - Vol 10, No. 3, OUT 2015.

SOARES, Aparecida Hurtado. **Luchas, conquistas y perspectivas: mujeres agricultoras del proyecto de Asentamiento Carlos Lamarca, Capitão Poço – PA / Brasil.** Baeza, España, Diciembre de 2013.

WANDERLEY, M. N. B. **O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro.** Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. 33-46 p. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.